

BIBLIOTECA.

F-222

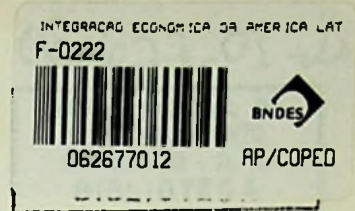
255
3
/1965

A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA
E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Exposição feita pelo DR. JOSÉ GARRIDO
TORRES, Presidente do Banco Nacional
do Desenvolvimento Econômico, nas
"Primeiras Jornadas Brasileiras da
Aliança para o Progresso" - 17, 18 e
19 de agosto de 1964 - Belo Horizonte.

BANCO NACIONAL DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO
BIBLIOTECA

U



A INTEGRAÇÃO ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA
E A ALIANÇA PARA O PROGRESSO

Exposição feita pelo DR. JOSÉ GARRIDO
TORRES, Presidente do Banco Nacional
do Desenvolvimento Econômico, nas
"Primeiras Jornadas Brasileiras da
Aliança para o Progresso" - 17, 18 e
19 de agosto de 1964 - Belo Horizonte.

Devo, em primeiro lugar, fazer um pedido de desculpas pela forma por que vou expor o que tenho a dizer aqui. Isto se deve ao fato de que, ocupando agora um cargo muito absorvente, não tive o tempo necessário para preparar com mais cuidado uma conferência. Minha exposição passa, por isso, à categoria de simples palestra ... Vou, também, procurar ser o mais sucinto e breve possível, porque a mim aborrece tremendamente o monólogo. Agrada-me mais o diálogo e, como sei que teremos um período de debates, antecipo êsse período, certo de que os senhores, como eu, apreciarão bem mais essa segunda parte.

Entrando em matéria, gostaria de dizer que não tentarei demonstrar a conveniência ou o acerto da tese da integração econômica da América Latina, porque considero que a escolha do tema de minha palestra já pressupõe a aceitação da tese da integração como um ideal a atingir. Se êsse ideal estêve historicamente presente na evolução desta parte do mundo, a começar com a grande figura de Bolívar, que teve a preciência de achar que a diversidade política deveria ser corrigida por uma união econômica, esta preciência realmente mais se afirmou como tal nos dias que correm. Nestes dias é que a evolução da ciência e da técnica está a demonstrar de maneira mais evidente que a prosperidade só é possível em termos do grande espaço econômico, do grande mercado que permita as "economias de escala" e a justiça social, ou seja, a melhoria do padrão de vida do povo.

É o que demonstrou o grande mercado comum dos Estados Unidos da América do Norte, muito facilitado, aliás, pela fronteira política; é o que as grandes nações de área continental mais evoluídas do que nós também já demonstraram; é o que está sendo indicado hoje pelo Ocidente europeu e que irá sendo, quero crer, comprovado por outras áreas do mundo, como que num passo intermédio para a eventual integração econômica dêsse mesmo mundo. Logo, não vou continuar a falar nesse assunto porque, como já disse, é uma tese que a escolha do tema parece já ter consagrado. E, na realidade, acredito que assim seja, em face das recentes decisões tomadas pelos governos desta área, representadas sobretudo na figura da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, a chamada "ALALC".

Meu problema, por conseguinte, é outro, e diz muito mais com o modus faciendi da integração. O que me propo -

nho é demonstrar que, a menos que se vincule a ALALC à Aliança para o Progresso, ambas essas iniciativas correm grave risco de malograr. A ALALC é, sem dúvida alguma, manifestação do reconhecimento dessa tese da integração; é um primeiro passo, a meu ver um passo ainda muito tímido, que teve um processamento bem distinto do que ocorreu na Europa. Nesta, a decisão de buscar a união econômica foi tomada pelos grandes estadistas do Ocidente europeu, que chamaram os técnicos e lhes pediram que desenvolvessem as fórmulas para propiciar essa união. Na ALALC, foram os técnicos que sonharam com essa solução, que a documentaram e a confirmaram, na base de seus estudos, e que a submeteram aos políticos e aos governos da área. Mas, como estes governos ainda não estavam suficientemente convencidos dessa tese, e como faltava um trabalho junto à opinião pública para que ela, por sua vez, exigisse dos governos o encaminhamento da solução nesse sentido, eles foram reticentes e recalcitrantes e não tiveram o ânimo e a resolução de fixar metas realmente decisivas. A ALALC, como solução meramente comercial do problema, deixa, a meu ver, muito a desejar, e poderá rapidamente esgotar suas possibilidades de vida, quando chegar ao ponto em que reconhecer que o que poderia ser negociado está negociado, e já não há muito mais o que fazer.

Por outro lado, a Carta da Aliança para o Progresso, ao ser formulada em Punta del Este, incluiu a integração da América Latina no mercado comum latino-americano como um, entre muitos, dos seus objetivos. Ora, a meu juízo - e me desculpem de falar tanto no meu próprio modo de ver, mas não há como fugir disto - a integração da América Latina deveria constituir o primeiro, o grande, o primordial objetivo da Aliança. Isto porque sem que haja um mercado crescentemente em expansão, não será possível à Aliança para o Progresso alcançar as taxas de desenvolvimento que ela se propôs. Tampouco será possível à Aliança, se essas taxas não forem alcançadas, produzir o fenômeno do crescimento econômico auto-sustentado. A aliança continuará sempre na dependência da ajuda externa, circunstância em que parecerá impossível alcançar os seus objetivos. Ela precisa apoiar-se em um mercado em expansão dinâmica, precisa de que haja especialização de produção na América Latina.

Desta forma pareceria que a ALALC necessita, urgentemente, de ser complementada pela Aliança. Mas, o que real-

mente se faz mister, a meu ver, na fase que ora atravessamos, é que os governos latino-americanos, sobretudo aqueles que no momento constituem a ALALC, se reúnam no mais alto plano político e decidam, entre si, sobre se realmente desejam ou não caminhar resolutamente para a integração econômica, decidam em termos claros, decidam fixando-se objetivos no tempo e no espaço. Infelizmente, isto ainda não ocorreu. Houve já o propósito de realizar uma reunião desse tipo, mas, por algum motivo, ela não se realizou. Quero crer que aquela decisão seria fundamental, no momento, porque deveria assentar soluções para problemas como esse da própria negociação dos produtos do comércio latino-americano. Penso que uma das coisas a fazer é saber qual a gama de produtos a negociar. Creio que a solução mais acertada seria a que admitisse como negociáveis todos os de produção atual e futura da América Latina, criando-se, inclusive, condições para promover essa produção. E teremos que reduzir os gravames a uma taxa pré-fixada, num prazo relativamente curto, a fim de chegarmos, depois desse prazo, ao ponto de verdadeiramente não termos maiores dificuldades de comerciar, reservando aqueles produtos-problemas que porventura existirem para soluções sui-generis ou soluções específicas que permitam enquadrá-los no esquema, sem grandes comoções e sem grandes dificuldades. Mas, esses serão as exceções, não serão a regra.

Teríamos, então, um roteiro claramente definido, meta a atingir que realmente seria capaz de empolgar, acredito, todos os povos que estivessem no esquema e bem compreendessem que a América Latina verdadeiramente não tem alternativa. Alguns países, como o Brasil, poderão caminhar com as próprias pernas - e esses países são muito poucos, talvez três ou quatro - mas, mesmo esses, muito lucrariam com a integração num esquema dessa ordem. Aquêle roteiro deveria evitar que a América Latina, até aqui altamente tributária da prosperidade alheia, se torne ainda mais tributária. Numa hora em que outras áreas do mundo se unem, ela continuaria dividida e descoordenada.

A Aliança para o Progresso, uma vez vinculada à ALALC, pode ajudar o objetivo da integração de muitas maneiras. Uma delas seria, por exemplo, a de propiciar a solução do problema dos pagamentos entre os países da América Latina. Saímos de uma situação assaz difícil, de acordos bilaterais em moeda inconvertível; quando eu ainda estava na SUMOC, quisemos estabe

lecer um sistema de compensação multilateral de saldos. Isso não foi possível, inclusive porque houve quem encarasse esta solução de forma inteiramente destorcida, pois o que era um avanço no rumo da conversibilidade monetária, foi considerado como um passo atrás. Mas, êsses países que abraçaram a conversibilidade continuam com grande dificuldade de comerciar entre si, pelo receio de se tornarem altamente devedores e de terem de despendar considerável parcela de suas divisas duras em pagamentos uns aos outros. E há ainda o problema de nações que são estruturalmente credoras e nações que são estruturalmente devedoras.

Ora, parece-me que, se realmente houvesse o propósito de caminhar a passos decisivos e resolutos para a integração e, em função disso, os países latino-americanos pudessem obter a compreensão dos Estados Unidos e o seu apoio também decidido, deveria ser possível lançar mão de recursos da Aliança para o Progresso a fim de estabelecer um sistema de união de pagamentos, um clearing qualquer, que verdadeiramente facilitasse os pagamentos entre essas áreas e não deixasse que o problema da moeda restringisse de tal modo o comércio. Estamos numa situação em que a falta de mecanismos para impulsionar o comércio da área nos impede, ainda agora, de maximizar as possibilidades do comércio que poderia existir na base do que se produz.

Essa parcela de dólares que se destinaria à criação de um fundo para possibilitar o comércio intra-zonal e facilitar o sistema de pagamentos que poderia vir de recursos da Aliança (se a Aliança tiver por objetivo, ou vier a ter por objetivo principal a condição sine qua non, para que frutifique, a integração do mercado latino-americano), essa parcela em dólares seria uma repetição do que fizeram os Estados Unidos em relação à Europa, contra o ponto de vista, aliás, do Fundo Monetário Internacional, que teve uma perspectiva irrealista do problema — e parcela bem menor do que aquela que foi lá aplicada e que serviu como penhor de garantia do sistema.

O interesse do Brasil

Há outra medida que reputo de grande importância para a ativação dessa idéia, que é a de facilitar o financiamento das vendas de bens de capital. É uma velha tese, de há muito defendida por nós, e que só recentemente teve encaminhamento prático.

tico, na medida em que o Banco Interamericano de Desenvolvimento resolveu lhe dar apoio e criar um sistema segundo o qual os países latino-americanos poderão descontar com êle os papéis que derivarem do financiamento de suas exportações desses produtos.

O Brasil, como alguns poucos dos países da área, já está em posição de competir no comércio internacional, sobretudo na área da América Latina, em qualidade, em preços e em prazos de entrega. Infelizmente, ainda não está - e esteve antes muito menos do que está hoje - em posição de competir em termos de pagamento, em crédito a prazo médio, como se faz em toda parte; todos os países que exportam esses tipos de produtos têm no seu sistema bancário, inclusive estatal, a possibilidade de financiar as suas exportações. São conhecidas as facilidades do Eximbank, nos Estados Unidos e no Japão; da Hermes, na Alemanha, e de entidades equivalentes da Inglaterra, da França, dos países da Cortina de Ferro. Todas as grandes nações comerciais que competem no mercado internacional têm um sistema de financiamento a prazo médio de suas exportações de bens de capital. Na América Latina, o Brasil, o México, a Argentina não o têm, ou o têm de forma ainda precária, que deixa muito a desejar. O Brasil chegou mesmo a fazer, não há muito, uma experiência nesse sentido, que não teve maior significação e que ora volta à consideração do governo, mas já agora com o apoio de uma linha de crédito de três milhões de dólares aberta pelo BID, onde poderá descontar seus papéis.

Ora, todos nós sabemos que a indústria mecânica pesada brasileira é uma indústria moderna, bem constituída, tem a seu favor a mais nova tecnologia, inclusive, colhe os frutos do desenvolvimento tecnológico de outras partes do mundo, a tal ponto que consegue apresentar usinas, fábricas, estaleiros, que são ainda mais modernos e eficientes do que os das matrizes. Curiosamente, temos tido casos de exportadores de outras paragens do mundo que desejam ganhar concorrências para fornecimentos a países da América Latina com produção fabricada no próprio Brasil, e que, não obstante, é ou deve ser um dos concorrentes.

Ora, o financiamento do comércio de bens de capital entre os países da América Latina é uma solução do mais alto alcance porque é um comércio feito com produtos de alto valor

unitário que irá multiplicar de muito os valores desse comércio, o qual hoje se limita à compra e venda de matérias-primas e gêneros alimentícios.

Se fôr possível exportar bens de equipamento de um país para outro, dentro da América Latina, estaremos favorecendo a industrialização em certos países, ao mesmo tempo em que se estará consolidando a indústria onde esta já foi implantada. Não se desconhece que, no Brasil, por exemplo - e o fenômeno não é exclusivo do Brasil - temos uma indústria mecânica pesada que está operando com capacidade ociosa, possivelmente por que foi superdimensionada para a presente demanda. Ora, se, mediante a exportação, pudéssemos alcançar maior rendimento para essas fábricas, utilizar de forma plena o instrumental instalado, estariam nossas empresas produzindo a custos mais baixos, vendendo a preços mais baratos no mercado interno e se estariam tornando mais competitivas no mercado externo. É isto que tenho em vista quando digo que o Brasil se integrará internamente melhor e mais depressa se se enquadrar em um grande esquema de integração latino-americana.

Dir-se-á que o financiamento das exportações de bens de capital é uma solução em andamento. Tenho a impressão, entretanto, de que vai exigir mais recursos para o Banco Interamericano e recursos êsses que, a rigor, deveriam provir dos fundos da Aliança para o Progresso.

Outro setor onde muito haveria o que fazer é o das indústrias de bens de consumo. Como todos sabem, é a indústria pioneira, a indústria que primeiro se instalou na América Latina - e com grandes sacrifícios - correspondendo à visão de homens como Mauá. Por isso mesmo, porque é antiga, sofre, em grande parte, de improdutividade. Essa condição gera no industrial dos países latino-americanos certo "complexo de inferioridade". Seu receio se manifesta contra importações de produtos similares e contra a concorrência que lhe oferece o capital estrangeiro investido no mercado interno. O industrial indígena tende a considerar o capital estrangeiro como bom se com êle se associa e não ameaça tragá-lo, mas "desnacionalizante" se lhe oferece concorrência... O industrial indígena teme que o capital estrangeiro para aqui venha, aqui produza e lhe faça concorrência, em função de uma tecnologia mais aperfeiçoada e com recursos financeiros que lhe são de acesso mais fácil e a menor custo.

Nós temos, na história recente do Brasil, casos muito rumorosos, conflitos que fizeram épocas, de combate ao capital estrangeiro. Vemos, por exemplo, que o industrial luta por um protecionismo alfandegário, cambial, ou sob outras formas. Por exemplo, na indústria de tecidos, o Brasil oferece o exemplo singular de um país que, tendo essa indústria há quase um século, ainda necessita, para alguns dos produtos dessa indústria, de um direito ad valorem que vai até 150%. É uma indústria que não saiu da fase de "indústria infante", que parece o "homem doente" da economia brasileira.

Ora, qual é o resultado prático desse estado de coisas? É que esse setor da economia cria óbices a que o país se capitalize mais depressa, desenvolva a sua eficiência e melhore o padrão de vida do povo com a participação da poupança estrangeira. Não tenho dúvida de afirmar que, muitas vezes, recursos que poderiam estar sendo aplicados no aperfeiçoamento desse setor da indústria, são, ao invés, desviados para financiar campanhas xenófobas.

Eu proporia aos dirigentes da Aliança para o Progresso uma medida que me parece radical - digo mesmo revolucionária - mas que tenderia a eliminar os reais motivos desse complexo de inferioridade do industrial latino-americano. Seria a de destinar recursos para empréstimos por prazos de duração adequada e juros módicos, que permitissem que aqueles industriais que realmente mostrassem capacidade empresarial pudessem renovar o seu equipamento e colocar-se em posição de competir com o concorrente estrangeiro, no mercado interno como no comércio internacional. Acredito que, com isto, se evitaria esse sentimento que nos está, muitas vezes, levando a um quase harakiri econômico. Creio que o impacto de uma medida dessa ordem seria extraordinário e contribuiria para que houvesse um pouco mais de entendimento entre nós e os nossos amigos do Ocidente, para que realmente eles para cá viessem colaborar conosco, oferecer uma concorrência que é absolutamente necessária em favor do consumidor e em favor do próprio aperfeiçoamento do parque manufatureiro do país.

Há outra questão que não desejaria deixar de referir, relativa ao problema, colocado pelo Tratado de Montevideu, da "reciprocidade bilateral". Curiosamente - e num tratado

multilateral - se introduziu essa figura, a qual cria grandes dificuldades à integração. Os países estão sempre negociando excessivamente animados do espírito da recíproca, do "toma lá, dá cá", quando a própria índole, o espírito de um esquema como êsse da ALALC pressupõe que cada país faça a sua contribuição a um pool comum e, na medida em que o faça, crie a oportunidade de comércio. A idéia é a de propiciar condições gerais que a todos beneficiem na medida das possibilidades de cada um. Cada país deve utilizar os recursos naturais, humanos e de capital, de que disponha ou que possa atrair, e que lhe permitam valer-se das oportunidades de comércio criadas pelas reduções de gravames e maximizar suas possibilidades no mercado regional pelo racional aproveitamento de suas vantagens comparativas e consequente especialização.

Entendo que, êsse instituto da "reciprocidade" deve ser eliminado do Tratado de Montevideu, pois a reciprocidade deveria ser dada na forma de assistência em investimentos e tecnologia que cada país pudesse absorver. É absolutamente indispensável que não se criem novos motivos de atrito, maiores distorções na economia da área e que, ao invés de se criarem motivos de disputa, de luta, surjam condições de complementação, de integração. Ora, isso só se obterá na medida, primeiro, em que os planos nacionais sejam formulados com espírito de economicidade (quer dizer, com alto respeito ao critério da produtividade) se enfrente o problema da concorrência e se caminhe no sentido da especialização da produção de cada país, diferenciando-se a produção regional para torná-la complementar e comerciável. Isto levaria a diferentes ênfases de produção, talvez artigos de cobre no Chile, produtos de aço no Brasil, tecidos de algodão no Brasil, Argentina e Peru, tecidos de lã no Uruguai, Argentina e Chile, e assim por diante. É imperioso que a Aliança não prossiga no desconhecimento do problema da integração, do problema do mercado comum. Não vejo como seria possível à Aliança financiar planos nacionais sem procurar coordená-los, sem desestimular a produção de alguma coisa em algum país onde ela será sempre produzida a custo muito mais alto do que em outros. Cumpre-lhe partir da premissa de que a solução seguramente significa vantagens dissemelhantes, variadas, maiores para alguns países do que para outros, mas significa também vantagens muito maiores para todos e cada um do que aquelas que cada um poderia ter, exclusivamente na base de seu próprio mercado, do que re-

sultará padrão de vida muito superior para todos.

Creio que, de forma bastante sucinta e desalinhada, já quase completei a apresentação da minha tese ou desincumbi-me da minha palestra. Talvez devesse acrescentar alguma coisa sobre a pergunta que pode estar ocorrendo a todos e a cada um, quanto à segurança que teríamos de que esse programa seja de interesse para os Estados Unidos, para a comunidade de negócios dos Estados Unidos, que dêle não poderá ser dissociada.

Desde logo, declaro-me favorável a que a grande República do Norte seja incluída no esquema. Mas, só admitiria que isso acontecesse no momento em que os níveis de eficiência, de produtividade, fôssem mais ou menos correspondentes porque, aí, estaríamos seguros de que não faríamos a união do pote de ferro com o pote de barro. Mas, nenhum problema haveria, senão de passagem, para os Estados Unidos, na medida em que eles reconhecessem que este não é um esquema introvertido, não é um esquema que visa a criar uma grande autarquia latino-americana; é, sim, um esquema que tende a propiciar maiores possibilidades no comércio internacional desta área, porque, em primeiro lugar, na medida em que o poder aquisitivo se desenvolve, ela área estará em posição de importar cada vez mais do resto do mundo.

A chamada "periculosidade" do capital estrangeiro que a tantos amedronta, sobretudo quando ele se instala de forma direta e conspícua em mercados às vezes por demais exíguos, em que se projeta de forma muito saliente, viria a se diluir em função de um mercado mais amplo, no qual sua importância relativa seria muito menor; além disso, qualquer influência que pudessem exercer sobre a vida de cada uma dessas nações tenderia a se reduzir de muito.

Mas, na realidade, a maior contribuição e a forma mais atraente que esse capital poderia assumir, e que assumirá sem dúvida, seria aquela em que ele se apresentasse na forma da pequena e da média poupança que, considerada individualmente, seria visivelmente pouco, mas que, somada, constituiria um grande caudal; caudal esse com que se poderia irrigar o sistema produtivo desses países, na forma de investimentos em ações de empresas ou em financiamento de empresas.

Aquelas nações, com os Estados Unidos à frente, muito teriam a lucrar, seja como investidoras ou como importadoras.

ras ou exportadoras. Elas muito podem fazer no sentido de impulsionar a integração, sobretudo quando se trata de nações situadas no Ocidente, que têm interesses em jogo, não só econômicos, mas políticos também. E, na medida em que isso se faça, com acesso aos meios de produção mais modernos, quero crer que o progresso desta área do mundo poderá ser marcado por índices que a história ainda não registrou, simplesmente porque êsses meios de produção não existiam. Eles nos assegurarão taxas de crescimento bem mais significativas do que as alcançadas pelos Estados Unidos, pela Rússia Soviética, pelo Japão ou por qualquer outro exemplo que pudéssemos apontar no passado.

Preciso aqui encerrar o meu monólogo, que deve ter sido um tanto cansativo. Mas, chego ao fim com a imensa alegria da tarefa cumprida, ainda que mal cumprida. O diálogo, tenho a certeza, será bem mais interessante e bem mais proveitoso para todos nós.

COMENTÁRIOS DO DR. ÉLCIO COSTA COUTO,
CHEFE DO DEPARTAMENTO ECONÔMICO DA
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL
DE MINAS GERAIS

Em função do pouco tempo que tenho para falar, procurarei ser o mais objetivo possível e resumirei em itens as observações que fiz, a fim de torná-las mais precisas.

Inicialmente, devo dizer que parto do princípio do qual o Dr. Garrido Torres partiu. Primeiro, não se discute a tese da integração da América Latina. Em função da sua evidência, nós o aceitamos como correta, e realmente o objetivo a ser alcançado, seja pela ALALC, seja pela Aliança para o Progresso. Segundo, que essa integração econômica da América Latina deve ser alcançada mediante a dinamização da ALALC e a sua estreita vinculação com a Aliança para o Progresso. Concorde, inclusive, com o ponto-de-vista do Dr. Garrido Torres de que a integração econômica da América Latina deve ser o objetivo primeiro, o objetivo básico da Aliança para o Progresso e, mesmo, sua condição de sucesso na América Latina. Devo dizer que enquanto se persistir, por exemplo, em um critério de financiamento apenas de planos nacionais, sem dar a devida importância aos planos continentais, evidentemente a Aliança sofrerá impactos negativos em sua execução na América Latina.

Mas, em função da premência do tempo, procuraremos fazer algumas observações esquemáticas, no sentido de tentar visualizar o que objetiva a ALALC, o que necessita a ALALC e os países componentes de órgãos como a Aliança para o Progresso, a fim de que se dinamize a ALALC e se integre a zona latino-americana. Segundo, definido o que necessita a ALALC, tentaremos visualizar o que poderia fazer a Aliança para o Progresso. Depois, tentaremos mostrar as inter-relações entre a ALALC, a Aliança para o Progresso e alguns dos obstáculos que, a nosso ver, se antepõem a uma vinculação mais estreita entre as duas associações. E, tentaremos, no final, sugerir algumas medidas que submeteremos à apreciação do Dr. Garrido Torres.

Primeiramente, cremos, da mesma forma que o conferencista, que a ALALC e os países componentes, para a perfeita in

tegração econômica da América Latina, necessitam, de órgãos como a Aliança para o Progresso, digamos, primeiramente de empréstimos maciços e até mesmo investimentos diretos, no sentido de solucionar os problemas infra-estruturais da economia. Por exemplo, suponhamos, investimentos maciços em estradas, a fim de solucionar um dos problemas fundamentais da integração, que é o dos transportes na zona; investimentos na Marinha Mercante, aparelhagem de portos, instituição, enfim, de uma rede infra-estrutural de transportes, como também uma assistência sólida à rede das economias externas, a fim de que esses países funcionem realmente dentro de um esquema de integração.

Em segundo lugar, há necessidade, conforme bem frisou o Dr. Garrido Torres, de que se formem, dentro da zona, órgãos financiadores de exportações que realmente dêem condições de concorrência à produção continental de bens de equipamento.

Por outro lado, há necessidade também de garantia de preços mínimos para os produtos tradicionais da zona. A esse respeito, diga-se de passagem que o que se tentou na Conferência de Genebra poderia ser imediatamente aplicado, pelo menos na esfera pan-americana, ou seja, que o mercado dos Estados Unidos garantisse, para os produtos tradicionais da zona da ALALC, preços mínimos. Isso evidentemente daria maior folga no balanço comercial desses países, possibilitando provavelmente investimentos maciços na infra-estrutura.

Por outro lado - e abordaremos esse aspecto mais adiante - a ALALC e os países componentes necessitariam da Aliança auxílios efetivos e um critério mais decisivo no sentido de incrementar o processo de complementação industrial na zona. Assim, digamos, em linhas rápidas, a ALALC e os países componentes necessitariam de órgãos como a Aliança para o Progresso. Tendo isso em vista, a Aliança poderia e deveria atuar na América Latina no sentido de, primeiro, estimular o comércio regional, mediante:

1º - como foi assinalado pelo Dr. Garrido Torres, a criação ou a propiciação de meios para ser criada uma união de pagamentos, e um dos problemas fundamentais, na ALALC, é realmente o problema dos pagamentos.

2º - evidentemente entrosado com as necessidades da ALALC e seus países componentes, um financiamento mais maciço às exportações. Já temos exemplos: o BID abriu recentemente uma

linha de crédito para três países: Argentina, Brasil e Chile. Há necessidade de se ampliarem essas medidas de financiamento das exportações, a fim de que, realmente, os países da ALALC possam concorrer em igualdade de condições, pelo menos dentro da zona da ALALC. Atualmente, apesar das concessões outorgadas, apesar das liberações de gravames, o fato é que o equipamento proveniente da zona não tem condições de concorrer, nem mesmo dentro da zona, uma vez que país nenhum praticamente possui condições para oferecer créditos ou maiores prazos para os financiamentos.

A par dessas medidas de âmbito mais geral, deveria também a Aliança, a nosso ver, estimular o desenvolvimento da zona, mediante maior soma de investimentos em pré-requisitos. Nesse sentido, então, é que entrariamos com o problema de maior soma de investimentos no setor de transportes.

Evidentemente, não somos especialistas em Associação Latino-Americana de Livre Comércio, nem temos a pretensão de sê-lo, mas acreditamos que um dos grandes, talvez o maior problema para a dinamização real da ALALC, é a questão dos transportes. Veja-se, por exemplo, o problema da intensificação do comércio entre o Brasil e o Chile; é extremamente difícil por via marítima e impraticável por via aérea. Portanto, o programa fundamental seria no sentido de uma dinamização dos transportes terrestres e, a nosso ver, êsse deveria ser um ponto a ser atacado rigidamente pela Aliança. Nesse particular, por exemplo, gostaríamos de acentuar a importância estratégica que assume, na solução dos problemas de transporte, na zona latino-americana, a execução em prazo curto da BR 31, que ligaria o litoral, atravessando a zona metalúrgica, a zona industrial, a zona produtora agro-pecuária, até a BR 29, indo até o Acre e ligando-se ao Peru. Portanto, abrindo nôvo caminho dentro da zona latino-americana, e também ligando-se à BR 30 até a Bolívia, e criando maiores possibilidades de comercialização na zona.

Além de investimentos em pré-requisitos no que se refere a transporte, assinalaríamos também a necessidade urgente de a Aliança fornecer maiores créditos, maiores empréstimos, no sentido de que os países possam reaparelhar os seus portos, aumentar a produtividade de embarque e desembarque, além de, evidentemente, reaparelhar a sua Marinha Mercante o que é fundamentalmente necessário para que se integre a ALALC.

Este é, portanto, um esquema de atuação da Aliança, na parte referente à ALALC. Enfim, em todos os países da América Latina, como um todo, cremos fundamentalmente necessário que a Aliança se preocupe basicamente com esses financiamentos, concedidos a países com um critério mais continental do que propriamente nacional, ou seja, que a Aliança observe, nos empréstimos concedidos a países, a necessidade, que existe para uma integração, da complementação dessas economias.

Confrontando o que necessita a ALALC e os países membros e o que deveria fornecer a Aliança, chegamos, então, aos obstáculos que se antepõem a essa convergência de ideais e de objetivos.

O primeiro obstáculo que tentamos identificar é que a eficiência da atuação da Aliança na América Latina desde o seu início, tem por base a existência de planos nacionais, de programas e projetos específicos no âmbito nacional. Ora, um dos maiores problemas que enfrenta a ALALC, para a sua consecução, é exatamente essa incapacidade que têm os países-membros de subordinarem os seus planos nacionais a um plano continental que realmente encare a zona da ALALC como um todo integrado. O primeiro requisito que a Aliança exige para financiar ou para conceder empréstimos é que o país apresente um plano. Pelo que nos consta, a Aliança até hoje não se preocupou em que esse plano esteja integrado no plano continental, mesmo porque não existe um órgão supranacional que lhe forneça os indicativos dos objetivos de base pelos quais ela possa atuar. Acho, assim, que a não subordinação, para efeitos de uma concessão de empréstimo, dos planos nacionais a um plano continental é um dos principais obstáculos que se antepõem à verdadeira vinculação da Aliança com a ALALC, no sentido da sua integração econômica.

Outro aspecto. Na sua execução, a Aliança encontra, para realmente promover a integração econômica da América Latina, um obstáculo que denominamos, aqui em Minas Gerais, "obstáculo político". Em discurso pronunciado na Universidade de Washington, o Dr. Lleras Camargo, antigo presidente da Colômbia, assinala que provavelmente a Aliança estaria até mesmo ameaçada em seu sucesso, em função das vinculações, das inter-relações políticas que existiam em sua atuação e, mais ainda do que

as inter-relações políticas, o jogo de interesses promovido por empresários americanos e latino-americanos que, muito ao contrário de interesses continentais, procuravam vincular a atuação da Aliança a seus objetivos particulares; ou seja, ao invés de se financiarem objetivos continentais, se financiavam objetivos que satisfaziam e que ampliavam mercados de determinadas empresas, quer fôsem norte-americanas, quer fôsem latino-americanas.

Além dêsse obstáculo econômico, que é a não-subordinação de planos nacionais a planos continentais, dêsse obstáculo político, que é a interferência de interesses privados, interesses particulares, coloca-se também como um dos principais obstáculos à verdadeira execução da Aliança para o Progresso o desconhecimento dos seus objetivos na América Latina e, além dêsse desconhecimento, a verdadeira incompreensão dos governos latino-americanos quanto a seus objetivos. Ao que parece, o primeiro dêsses obstáculos, ou seja, o desconhecimento dos seus objetivos na América Latina, já foi identificado pela própria Aliança, e está sendo superado através, inclusive, de jornadas como as que ora se realizam.

Mas o segundo, ou seja, a incompreensão dos governos latino-americanos para com os seus objetivos, creio que é um obstáculo fundamental, obstáculo difficilimo de ser superado. A Aliança exige, com muita razão, que, antes de conceder empréstimos, se realizem reformas estruturais, reforma agrária e demais reformas. Por enquanto, não há aceitação política para as suas idéias. Ora, evidentemente ela não pode impor a determinados países que realizem aquêles pré-requisitos exigidos para a concessão de empréstimo. De maneira que essa incompreensão de parte dos países latino-americanos para com as suas exigências iniciais pode, inclusive, boicotar os seus objetivos continentais e impedir a integração econômica.

Outro obstáculo que também impede ou vem dificultando a atuação efetiva da Aliança, no sentido de integrar a América Latina como um todo, é o desentrosamento que existia - parece que está agora evoluindo num melhor sentido - entre o Governo dos Estados Unidos e os governos da América Latina, isso evidentemente impedindo que se dê realmente uma execução mais efetiva à Aliança para o Progresso.

Tendo em vista essas observações que fizemos, procuramos aqui visualizar, então algumas medidas que submetemos à apreciação do Dr. Garrido Torres e que, a nosso ver, tenderiam para o Progresso. Não tenho a pretensão de dizer se essas medidas são corretas ou não; apenas as submetemos para efeito de discussão e debate.

A nosso ver, para que realmente se alcancem os objetivos de integração, a Aliança para o Progresso deveria atuar no sentido de:

1º - Ao invés de financiar, de conceder empréstimos com vistas a critérios nacionais, fazê-lo mediante um critério de prioridade estabelecido no âmbito continental. Estamos perfeitamente cientes das dificuldades para o estabelecimento desse critério de prioridade, mas, evidentemente, se se fizesse, com os países participantes, signatários da Carta de Punta del Leste, um órgão técnico capaz de elaborar, digamos assim, um esboço de plano com objetivos continentais, se poderia, então, estabelecer alguns critérios de prioridade no âmbito continental.

2º - Reforçar a preocupação de dar solução aos problemas infra-estruturais da América Latina, principalmente os problemas de dinamização da rede de estradas, reaparelhamento dos portos, reaparelhamento das marinhas mercantes e financiamento de indústrias básicas, complementares na zona.

3º - Eu me permitirei trazer à apreciação do Dr. Garrido Torres uma proposta brasileira que se apresentou ao Conselho Interamericano Econômico e Social, quando se reuniu em São Paulo há pouco tempo. Essa proposta sugeria a formação de um Fundo de Desenvolvimento Regional que seria administrado pelo BID e que se encarregaria de aplicar todos os recursos da Aliança para o Progresso. Apesar de ter sido essa proposta recusada na reunião do CIES, creio que ela tem o seu sentido, uma vez que, colocando-se todos esses recursos à disposição do BID, para a sua administração, provavelmente se retiraria grande parte da influência política, grande parte da capacidade de atuação de interesses particulares na Aliança. É evidente que, formado esse fundo regional, além de se retirar da Aliança a parcela da influência política, se poderia também criar condições para o estabelecimento desse critério de prioridade continental, assim agindo mais seguramente no sentido da integração.

Ainda entrosado com a exposição do Dr. Garrido Torres, direi que a Aliança também poderia agir no sentido de tomar medidas que estimulem o intercâmbio comercial na zona, tais como as citadas pelo conferencista e que seriam: a tentativa de solução para o problema de pagamentos, mediante uma Câmara de Compensação ou um Fundo de Pagamentos; maior financiamento às exportações, mediante a criação de um órgão específico para o financiamento de exportações de bens de equipamento, na zona ou através do próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento; e também - medida que reputamos fundamental - a garantia, por parte, pelo menos inicialmente, do Governo americano, de preços mínimos para os produtos tradicionais da zona.

São estas as observações que tínhamos a fazer a respeito da palestra de Dr. Garrido Torres e esperamos que, de qualquer maneira, tenhamos contribuído para os objetivos destas Jornadas.

Antes de encerrar, queríamos congratular-nos também com o Dr. Garrido Torres pelo brilhantismo de sua exposição, o que, para nós, de forma alguma foi surpresa, porquanto já conhecíamos os seus trabalhos, divulgados em revistas e outros órgãos técnicos de difusão.

NOVAS OBSERVAÇÕES DO EXPOSITOR

Desejaria oferecer ligeiras observações ao que vem de ser dito, o que me faz recordar as minhas próprias palavras de ontem, na televisão, já bastante cansado, em hora tardia, em que dizia da minha satisfação de encontrar-me em Belo Horizonte, entre a gente amiga de Minas Gerais.

Muitas vezes tenho feito tréplicas, que me requerem muito esforço e que, às vezes, são até amargas. A que vou ter que fazer aqui é uma tréplica bastante agradável e, sobretudo, de agradecimento pela maneira cortês e amável com que acabo de ser tratado pelo Dr. Elcio Couto, que, inclusive, encontrou brilho em palavras que, tenho certeza, foram assaz monótonas. Mas a alegria maior ainda é a de ver no Dr. Elcio Couto um companheiro de ideal, um homem que também acredita nessas mesmas teses que venho pregando desde 1956, quando submeti um relatório a Raul Prebisch, depois de visitar sete países da América Latina, estudando os seus problemas de comércio e de pagamentos. Cheguei então à conclusão de que fora de um desenvolvimento integrado, não há esperança para a América Latina, como um todo.

Ao Dr. Elcio Couto agradeço o tratamento cordial que me dispensou e sinto-me muito à vontade por ver que comunga dos mesmos ideais. Ele me dá chance, inclusive, de completar de algum modo a apresentação bastante desalinhavada que apresentei antes, em que necessariamente tive de deixar de fora muita coisa, inclusive coisas importantes.

Uma idéia, por exemplo, que gostaria de acrescentar ao que expus antes, é aquela que se prende aos acórdos complementares de industrialização ou de desenvolvimento constantes do Tratado de Montevideu. Quando mencionei que a reciprocidade que se deveria oferecer aos países que fizessem concessões à ALAIC, deveria ser na forma de investimentos e de ajuda técnica, poderia ter acrescentado que isto deveria ir até o ponto da formação de mercados comuns setoriais, o que acho importantíssimo para deflagrar o processo ou para impulsioná-lo com maior vigor.

Quero assinalar que nisto não vai nenhum propósito de mimetismo, de imitar uma vez mais a velha Europa, porque na realidade considero que a América Latina - não diria antes de Napoleão na Europa, mas, pelo menos concomitantemente com Napo-

leão, sempre teve razões para realizar a sua integração, se a divisão política não pusesse êsses países de costas uns para os outros. A velha Europa fêz, de acôrdo com o Plano Schuman, a sua integração de ferro e carvão, e eu sugiro que o primeiro mercado comum setorial a ser formado na América Latina seja o mercado do aço. Não porque êles o fizeram lá, mas porque entendo que também aqui está maduro. (Talvez seja até muito oportuno que lance essa idéia em Minas Gerais, tendo a meu lado o Presidente da USIMINAS, que está, neste momento, vivendo os problemas da exportação para a América Latina).

Temos alguns países, na América Latina, que já conseguiram instalar a sua indústria do aço, mas que a instalaram e a têm desenvolvido confinados às fronteiras do mercado doméstico. Tenho a impressão de que chegou a hora de que êsses países troquem os seus produtos, comerciem entre si, inclusive na indústria do aço. Se pudermos programar o desenvolvimento da indústria siderúrgica em termos continentais, em termos do mercado latino-americano, estou seguro de que essa indústria vai viver um progresso muito mais dinâmico e produzir grandes resultados a prazo muito mais curto. Isto propiciará, inclusive, que esta, como outras indústrias básicas, tenha a ajuda financeira que se faz mistér, seja na forma de investimentos privados, seja na forma de ajuda governamental, seja na forma de substanciais empréstimos das agências bancárias internacionais.

Creio que deveríamos dar vida ao dispositivo do Tratado de Montevideu que trata dos acôrdos complementares de industrialização e criar o mercado comum setorial do aço e, a seguir, o mercado comum setorial da indústria automobilística. A indústria de construção naval é outro caso em foco. Igualmente, a indústria mecânica pesada. Temos aí uma constelação de indústrias que só recentemente começaram a se desenvolver, mas que não se desenvolverão com o ritmo, a aceleração, a taxa de crescimento que poderiam ter, se realmente houvesse uma demanda em termos grandemente ampliados.

Outro ponto que deixei de lado, propositadamente, foi o problema do comércio latino-americano. Acho que é hora - e já tarda muito - de que a América Latina se coordene em função de uma política comercial comum e o faça tanto em função das suas reivindicações do mercado norte-americano, como das relati-

vas, ao Mercado Comum Europeu, à Cortina de Ferro, etc. Enquanto isto não se fizer, teremos, diante de nós, esta perspectiva de um país latino-americano negociando, por exemplo, com um bloco com - pacto de seis países europeus, dificilmente levando a melhor, não tendo inclusive nossos interesses devidamente compreendidos e atendidos.

Quando consideramos que países como o Uruguai e a Argentina dependem do mercado europeu, que lhes é tradicional, em mais de 50% do que exportam em matérias-primas e gêneros alimentícios de zona temperada; quando contemplamos o que ocorre, em matéria de produtos tropicais, com uma produção estimulada na África, em concorrência com a nossa e a de tantos outros países, (frete de mão-de-obra barata utilizada na exploração de recursos consideráveis) na base de uma preferência que nos é prejudicial e discriminatória, evidentemente que salta aos olhos que a América Latina precisa coordenar-se, precisa também ter uma frente comum, precisa ter uma política comum, para negociar com o resto do mundo.

Em 1962, tive a honra de integrar pequeno grupo de técnicos que produziu um relatório para a CEPAL a êsse respeito. Esse relatório, inexplicavelmente, foi esquecido nas reuniões seguintes que se verificaram em Brasília e creio que em São Paulo e que se cristalizaram em Alta Gracia. Mas o problema está de pé, e a menos que tenhamos uma política coordenada, não levaremos grande vantagem na competição internacional.

Claro que tudo isto que aqui está sendo dito pressupõe a consideração de diferentes esferas. Entendo, como o Dr. Couto, que a Aliança para o Progresso, ao exigir reformas institucionais e estruturais, está certa, deve fazê-lo, porque realmente tudo isto visa a produzir prosperidade, justiça social e estabilidade política. Não sou um determinista econômico, mas considero que o fator econômico tem percentagem extraordinariamente alta na solução desses problemas.

Pena é que em torno de alguns dêles, como o famoso caso da Reforma Agrária, se tenha criado tanta incompreensão e se tenha feito disso motivo de luta política. Mas, aqueles que realmente conhecem o problema sabem que êle existe, no Brasil, como em outros países, mas no Brasil êle existe localizado, êle não é, de modo algum, um problema nacional. Deve ser atendido, portan-

to, nos pontos em que existe e cria tensões sociais - no Nordes - te, no Vale do Paraíba, a noroeste do Rio Grande do Sul, no Território das Missões. Em muitos lugares, êle é menos um problema do famoso latifúndio - do latifúndio improdutivo - do que propriamente do minifúndio, porque a propriedade está, até, por demais dividida e precisa ser reestruturada em termos que permitam a exploração da terra de forma econômica. A divisão da terra, pura e simples, todos nós sabemos não resolve. No caso do Brasil, há, primeiro, um problema de ocupação econômica da terra; em segundo lugar, vem o problema de assistência a quem lavra a terra; em terceiro lugar, vem o problema de reforma de estrutura, da propriedade. Mas, como disse, êste problema existe de forma localizada em determinadas áreas do Brasil; não é um problema nacional, nem deve ser tratado com a demagogia com que o foi ainda recentemente.

Temos, também, o problema da reforma bancária, o da reforma orçamentária, o da reforma da empresa; temos, creio eu, pelo menos vinte e três reformas a fazer, de ordem política, social e econômico, que precisam ser empreendidas com resolução, lealdade, honestidade e objetividade, em proveito dêste país, em proveito de seu povo. Sem o que, a ajuda que recebamos de fora não redundará necessariamente em benefício do povo; vai beneficiar as oligarquias, vai beneficiar determinados grupos sociais, o que significa grave injustiça.

Considerando o problema na esfera latino-americana, tenho a impressão, em que pese à ação da OEA, de que está faltando uma organização econômica para a América Latina, uma entidade que efetivamente cuide, em primeiro lugar, dos problemas latino-americanos, porque todos êstes problemas, econômicos, sociais, problema de preços de produtos, preços mínimos, política comercial, etc. significam grave preocupação para os latino-americanos. Deveria haver um instrumento de coordenação que dêles tratasse entre nós.

Em função desta frente comum, não antagônica, que não hostiliza ninguém, mas defensora dos interesses desta área, passariamos a tratar de tais problemas numa esfera mais ampla, que é a Pan America. Aí, sim, a OEA tem o seu lugar, tem a sua vez, é o fórum natural.

Em que pesem certas pretensões de um nacionalismo descabelado entre nós, precisamos enormemente da compreensão e do apoio dos Estados Unidos, nas reivindicações que temos perante o resto do mundo. Quem ignora isto, a meu ver, não está com a melhor orientação. Haja vista que, enquanto nós tanto nos batíamos para obter que os europeus considerassem com maior equanimidade o problema da nossa exportação, o Presidente Kennedy, espontaneamente, obteve que eles, sem contrapartida nenhuma, reduzissem de longo a incidência de suas tarifas, de forma substancial, sobre as importações dos produtos tropicais.

Não nos iludamos; o problema deste bloco, se é econômico, é, também, político e nós não podemos prescindir da ajuda de nosso irmão maior, a quem pedimos compreensão e respeito pelos nossos interesses.

Temos, por conseguinte, o problema do Ocidente. Nós nos inserimos na esfera do Ocidente. E é aí que se coloca o problema das nossas relações comerciais com o mundo europeu, com a África, com a comunidade britânica de nações, com o Canadá, etc. Acredito que, muito mais proveitoso do que convocar uma conferência mundial do comércio, como foi o caso de Genebra, onde tínhamos tôdas as tendências, onde tínhamos sistema político em choque - e é muito difícil, como os próprios marxistas reconhecem, separar os fenômenos políticos dos fenômenos econômicos -, muito mais interessante teria sido uma conferência de comércio do Ocidente, a fim de que, em vez de acentuarmos nossas divergências e motivos de desentendimento, encontrássemos uma política basicamente comum que nos sintonizasse e nos pusesse de acordo com relação a determinadas coisas fundamentais, tanto a América Latina com os Estados Unidos, como a América Latina com a África, como a América Latina com a Europa etc.

Há um pequenos reparo que eu gostaria de fazer ao Dr. Couto sobre o problema dos planos nacionais. A Carta de Punta del Este realmente exige, como pré-condição para o financiamento, que haja um plano nacional, mas por diversas razões - e algu-

mas êle próprio as referiu - êsses planos nacionais têm sido de formulação difícil, lenta. Entretanto, em alguns casos, como o da Colômbia, vai de vento em pôpa, já foi aceito e financiado por consórcios financeiros internacionais. No caso do Brasil, que estava destinado a ser o país-chave, o país que iria demonstrar ao mundo o que poderia fazer a Aliança, sabotamos o programa o quanto pudemos, sob o governo deposto em março. Todavia, muitos recursos temos recebido, se bem que não no montante em que os deveríamos receber, e que nos são encaminhados à guisa de recursos da Aliança. Na verdade, os Estados Unidos não têm sido muito rígidos na observância da exigência do plano; se o fôsem, então nós nem teríamos podido receber o pouco que já recebemos.

Agora, têm tôda razão - e tôda a ênfase que se puser nisto ainda é pouca - os que proclamam que a Aliança requer uma mística, requer uma mobilização da opinião pública para o que ela significa. Realmente, a Aliança ainda é um assunto de recintos fechados. Estas Jornadas são o que de mais audacioso se conseguiu fazer entre nós, para despertar a atenção, o interêsse, a adesão do povo, em favor da Aliança. Ela se estava descuidando lamentavelmente neste particular, enquanto certas teses, certas bandeiras que lhe são opostas têm uso corrente, ou o tiveram, pelo menos, entre nós, até bem pouco.

Creio que o plano continental preconizado pelo Dr. Couto, fora destas grandes linhas que a própria Aliança representa, ainda é prematuro. Não teremos receptividade para isto. Mas, se a Aliança puder ser implementada, se tiver apoio, e os recursos para torná-la uma realidade forem dados na escala que se faz mister, já teremos nela o plano que é possível ter. Bem conduzido, êsse plano poderá dar grandes resultados.

Acho, também, que o Dr. Couto tem muita razão, ao pedir maior atenção para a infra-estrutura e para a indústria básica. No Brasil, nós já vencemos distância considerável nesse setor, mas há outros países muito necessitados de o fazerem. Urge que o façam, segundo certo entrosamento, sobretudo no setor dos

transportes. Como a necessidade cria o órgão, vamos esperar que isto aconteça, a começar pela conclusão da Rodovia Pan-Americana.

O Fundo de Desenvolvimento - a que se referiu o Dr. Couto - seria a solução multilateral e creio que muito feliz. Entretanto, o CIAP é o que de mais avançado se pôde conseguir, por enquanto. Neste diapasão franco em que estou falando, e que é o único em que sei falar, devo dizer o seguinte: receio que o fundo não possa vir, até que os próprios países latino-americanos se imponham ao respeito dos seus financiadores, entendidos como tais não só os Estados Unidos como a própria Europa Ocidental e o Japão.

Nota - Intervieram ainda nos debates os Drs. Fernando A. Roquette Reis e Aluísio Manso e o Professor Lincoln Continentino.

/af.
Seção de Datilografia.